



Anais da Assembléia

Nº 53

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 18 DE MAIO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 40.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 1995

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Techy Filho e Nelson Garcia.

As dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Edno Guimarães, Edson Lino, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (46). Achando ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antonio Belinati, Durval Amaral, Eduardo Trevisan, Irineu Colombo, Nereu Moura, Renato Adur, Sérgio Spada e Toti Colaço (08).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Proposta de Emenda:

Dê-se aos artigos, parágrafos, incisos e alínea da Constituição do Estado, a seguinte redação:

Art. 54 - ...

XVIII - escolher cinco dos sete Conselheiros Substitutos do Tribunal de Contas do Estado;

XX - ...

a) de Conselheiros e Conselheiros

Substitutos do Tribunal de Contas do Estado, indicados pelo Governador;

Art. 77 - ...

§ 1º - os Conselheiros e Conselheiros Substitutos serão nomeados pelo Governador, dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

§ 2º - ...

I - dois sétimos pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembléia Legislativa, sendo um alternadamente dentre Conselheiros Substitutos e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicado em lista triplíce pelo mesmo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.

§ 4º - os Conselheiros Substitutos, em número de sete, quando em substituição aos Conselheiros terão as mesmas garantias e impedimentos dos titulares.

§ 5º - os Conselheiros Substitutos, serão nomeados pelo Governador, com aprovação prévia da Assembléia Legislativa.

Art. 87 - ...

XV - indicar dois sétimos dos Conselheiros e Conselheiros Substitutos do Tribunal de Contas.

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS
TRANSITÓRIAS

Art. 53 - As 05 (cinco) primeiras vagas de Conselheiros e Conselheiros Substitutos do Tribunal de Contas do Estado, ocorridas a partir da promulgação desta Constituição, serão preenchidas de conformidade com o disposto no Art. 54 XVIII, desta Constituição.

Sala das Sessões, em 18.05.95.

(aa) EDNO GUIMARAES, PLAUTO MIRÓ GUIMARAES, NELSON JUSTUS, EDUARDO TREVISAN, RENEY BORSATTO, LUIZ CARLOS ZUK, JOEL COIMBRA, RICARDO CHAB, NELSON GARCIA, LUIZ CARLOS MARTINS, ALBANOR GOMES, MILTON PUPPIO, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, ALGACI TÚLIO, BETO RICHÁ, EDSON SILVA LINO, JOSÉ MARIA FERREIRA, TOTI COLAÇO, JOÃO TECHY, LUIZ ACCORSI, DUILIO GENARI, AUGUSTINHO ZUCCHI, NELSON TURECK, NEIVO BERARDIN, CLEITON KIELSE, SÂMIS DA SILVA, IRONDI PUGLIESI e JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

Primeiramente é importante destacar que esta proposição não cria cargos e nem aumenta despesas.

Trata-se apenas de adequação da legislação vigente, de tal modo que este Poder, resgata a prerrogativa da indicação dos

substitutos legais dos Conselheiros.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1307

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 072/95, de autoria do Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA.

Sala das Sessões, em 18.05.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1318

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n° 018/95, de autoria do Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA.

Sala das Sessões, em 18.05.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1320

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Sr. OVANIR DIMBARRE.

Pessoa de boa índole, deixa tristeza entre amigos e parentes.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, residente à Rua Leocádio Correa n° 156 - Oficinas - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 18.05.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1323

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do Senhor Feliciano Vidal, ocorrido na última segunda-feira, dia 15, em Ivaiporã.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à esposa do falecido, Senhora Carolina Vidal, através de correspondência a ser encaminhado à Rua Tucanos, S/N, Vila Nova Porã, Ivaiporã/PR, CEP: 86870-000.

Sala das Sessões, em 18.05.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1315

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que

seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal ALAERTE e HENRIQUETA MARIA FINATI, que completaram 30 anos de feliz união conjugal no dia 15 de maio do corrente, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração.

Foram 30 anos de respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo desses anos cultivar o amor no casamento; sempre estiveram juntos, mantendo acesa a chama do amor, a qual vem sendo mantida em reconhecimento da união de duas vidas em uma. Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal ALAERTE e HENRIQUETA, na comemoração de todos esses anos de uma união bem estruturada e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 18.05.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1312

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso à nova diretoria do SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE VEÍCULOS NO ESTADO DO PARANÁ, eleita para o triênio 1995/1998. Trata-se de importante setor da nossa economia, responsável por muitos empregos e geração de impostos e cujo quadro de diretores representa a escol do setor.

Na figura do novo presidente, empresário Darci Piana, os votos desta Casa, de muito trabalho, realizações e bastante sucesso, extensivos a todos os seus pares.

Sala das Sessões, em 18.05.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1317

Senhor Presidente.

Consoante o que prescreve o Regimento Interno, o adiante nominado. Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa, seja oficiado à Secretária de Estado da Comunicação Social, senhora Cila Schulman, solicitando à mesma que informe qual foi o critério utilizado a participação do Estado do Paraná no VI Seminário Brasil/Alemanha de Cooperação Empresarial, realizado em Hannover, bem como discriminar quais os serviços realizados pelas empresas Percy Tamplin e Cia. Ltda, KN - Deimar Transportes Internacionais e Dante José Mendonça. Solicita-se, outrossim, que envie cópia autenticada dos contratos firmados com essas empresas, para consideração dos integrantes dessa Assembléia.

Requer também, seja informado qual o inciso do artigo 25 da Lei n° 8.666/93, que embasou a dispensa de licitação das referidas contratações.

Destaca-se que as informações solicitadas se destinam a prestar esclarecimentos ao público.

Sala das Sessões, em 18.05.95.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 1308

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Diretor do Departamento Estadual de Trânsito, Marcos Valente Isfer, para que seja agilizada a construção de prédio próprio para abrigar a 58ª Circunscrição Regional de Trânsito, de Rondon.

Sala das Sessões, em 18.05.95.

(a) EDNO GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido deve-se ao fato do município não ter prédio próprio para abrigar a CIRETRAN e ser um anseio antigo daquela população.

REQUERIMENTO N° 1309

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Diretor do Departamento Estadual de Trânsito, Marcos Valente Isfer, para que seja agilizada a construção de prédio próprio para abrigar a 46ª Circunscrição Regional de Trânsito, de Cidade Gaúcha.

Sala das Sessões, em 18.05.95.

(a) EDNO GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido deve-se ao fato do município não ter prédio próprio para abrigar a CIRETRAN e ser um anseio antigo daquela população.

REQUERIMENTO N° 1310

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido dos moradores à Rua Juiz Danilo Bertolin Precama-Cidade Jardim, os quais solicitam reparos, pois a mesma encontra-se cheia de matos e buracos, bem como outras ruas do bairro.

Sala das Sessões, em 18.05.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1311

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos da Escola Municipal Tanguá, os quais reclamam que a Escola é pequena para o número de alunos, e que foi construída uma sala de madeira sem ventilação, que deixa as crianças sufocadas.

Maiores informações com a Sra. Maria Salete de Souza, pelo telefone 234-1922.

Sala das Sessões, em 18.05.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1313

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. TELEPAR, no sentido de atender o pedido de pais de alunos da Escola - Municipal Arlindo Andreta, Vila Guarani, em Colombo, quanto à instalação de uma linha de telefone ou um telefone público, que será de grande benefício para a Escola e pais de alunos.

Sala das Sessões, em 18.05.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1314

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de verificar a falta de água no Conjunto Paineiras, na Barreirinha. Segundo os moradores, a água chega todos os dias às 19:00 hs., acabando no início da manhã do dia seguinte.

Os moradores reclamam das dificuldades para os afazeres domésticos, já que a falta de água é diária. Para maiores informações recomendamos a Sra. Iara de Oliveira pelo telefone 257-4852.

Sala das Sessões, em 18.05.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1319

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, Sr. Cândido Martins de Oliveira, solicitando recursos para reparos no Presídio Santa Maria, em Ponta Grossa.

O presídio necessita de reformas urgentes devido à precariedade em que se encontram suas instalações.

Tal precariedade vem a colocar em risco inclusive a guarda da Cadeia Pública, conforme documentos em anexo.

Sala das Sessões, em 18.05.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1322

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Agricultura e Abastecimento, solicitando o projeto completo do programa das Vilas Rurais.

Sala das Sessões, em 18.05.95.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que o programa das Vilas Rurais já está sendo implementado, e em breve, deverá ser inaugurado a primeira unidade no Município de Apucarana.

A Assembléia Legislativa deve ter total conhecimento do programa para poder apresentar propostas visando contribuir no aperfeiçoamento do mesmo.

REQUERIMENTO N° 1316

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER envio de pedido de informação ao Exmo. Sr. Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado de Transportes, solicitando:

1. Desde a aprovação da Lei n° 10.692/93, quantas e em que locais foram realizadas perícias?

2. Através do Of. n° 004/95-SESMT, as gratificações de insalubridade foram cortadas de 40% para 20%. Isto foi feito após perícia no local?

2.1. Este corte foi realizado por quê?

2.2. Quantos funcionários foram atingidos?

3. Esta Secretaria tem exonerado trabalhadores aposentados pelo INSS?

3.1. Quantos e quais foram exonerados e quanto tempo de serviço tinha cada um?

3.2. Qual o preceito legal considerado para executar tais exonerações?

3.3. Como será devolvido a esses trabalhadores a contribuição que fizeram ao fundo de previdência do servidor estadual?

4. Alguns dos trabalhadores exonerados moram em casas do DER. Agora, com diminuição da renda, qual será a postura desta Secretaria Estadual diante deste fato? Despejá-los?

Sala das Sessões, em 18.05.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra no Pequeno Expediente o Senhor Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Folha de Londrina de hoje na sua página 05 traz um informe publicitário do sindicato dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná. E por achá-lo de extrema importância é que eu passo a ler para que o mesmo fique registrado nos Anais desta Casa. Diz o informe:

CRISE NO JUDICIÁRIO

Servidores exigem respeito

Durante os últimos quatro anos, o Poder Judiciário foi alvo de inaceitável discriminação. Além de não cumprir decisões judiciais, o Governo adotou uma política prejudicial a magistrados e servidores, cujos salários foram reajustados em índices menores do que os concedidos aos demais funcionários públicos.

O judiciário viveu momentos caóticos, que culminaram com mais de quatro meses de greves - da magistratura e dos servidores -, até que o Supremo Tribunal Federal declarasse a inconstitucionalidade dos reajustes diferenciados. O próprio Tribunal de Justiça acabou por apurar uma diferença de 64,58%, que já deveria ter sido paga aos funcionários.

Apesar disso, os servidores continuam sendo sistematicamente desrespeitados pelo Judiciário Estadual. O seu presidente, desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, ainda não cumpriu deliberação do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, que determinou a abertura de negociação com o Governador do Estado e com o sindicato da categoria, para definir formas de quitação dos débitos salariais.

Ao contrário do que aconteceu com os salários da magistratura, já praticamente recompostos com base na decisão do STF, os vencimentos dos funcionários continuam com defasagem tal, que faz com que valham hoje, apenas 35% do que valiam em janeiro de 1992.

Enquanto fecha as portas para a negociação, o Poder Judiciário convive com ilegalidades absurdas, que provocam o caos administrativo. Um moderno e eficiente Plano de Carreiras, elaborado com a participação dos servidores, adormece nas gavetas de uma burocracia pouco sensível à necessidade de melhoria dos serviços prestados à população.

Não por acaso, os favorecimentos, que resultam na concessão indiscriminada de cargos comissionados e chefias, são regra no Poder Judiciário, que tem no nepotismo uma chaga vergonhosa para aqueles que acreditam que o serviço público deve atender aos interesses do povo, e não servir de instrumento para poucos privilegiados.

Para piorar, a cúpula diretiva do Tribunal de Justiça, ao invés de buscar os

caminhos da coerência, do diálogo e da negociação dos direitos dos servidores, resolve investir contra a organização dos trabalhadores, censurando campanhas salariais e acionando a força policial contra dirigentes sindicais.

É nesse inusitado clima de terror, ameaças, intransigência, e desrespeito à Constituição que os servidores do Poder Judiciário vão parar hoje, dia 19 de Maio, em todo o Estado do Paraná. É a resposta ao autoritarismo e à insensibilidade da cúpula judiciária e um alerta à sociedade paranaense para o que pode vir a se tornar um conflito onde todos perderão. Os preceitos básicos da convivência democrática e o respeito aos direitos e à dignidade dos trabalhadores devem ser assumidos pela direção do Judiciário paranaense. Se não for assim, será ela a única responsável pela crise em que todos estaremos mergulhados.

SINDIJUS

CUT

Sindicato dos Servidores do
Poder Judiciário do Estado do Paraná

Tal nota já coloca uma questão levantada por nós por ocasião do último reajuste dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Naquela ocasião nós já alertávamos para o fato que o STF, Supremo Tribunal Federal, já tinha decidido pela inconstitucionalidade de reajustes diferenciados, já tinha concedido causa ganha aos trabalhadores e que os reajustes diferenciados, dados anteriormente, deveriam ser agora corrigidos, dando o mesmo patamar a todos os servidores.

Esta política mantida durante o Governo de Roberto Requião, de reajustes diferenciados, e tendo continuidade na atual administração pública, levará a uma enxurrada de processos judiciais contra o Governo do Estado. E quem pagará, mais tarde, por isso serão os próximos governantes e a população paranaense, no momento em que os cofres públicos deverão ser abertos devido a ações judiciais, julgada e que terá o erário público que pagar estas diferenças salariais.

Este é um alerta que fizemos e é feito agora em nota pública pelo sindicato dos servidores do Poder Judiciário. O que demonstra que devemos acabar com esta proposta de reajuste diferenciado, e o Governo do Estado, cabe a ele elaborar uma proposta de carreira, na qual atende, principalmente, aquele servidor com menor remuneração. E tal proposta de carreira entendemos deve ser feita nos três Poderes, o Executivo, o Judiciário e o Legislativo, uma vez que injustiças ocorrem também nesta Casa, neste Poder!

É necessário corrigir estas diferenças através de um plano de carreira que defina o piso salarial das diversas carreiras e também defina a ascensão funcional de todos estes servidores que hoje são muito mais massa de manobra e objeto de jogo de interesse entre aqueles que nos governam, do que realmente atendidos nas suas necessidades.

Essa nota é um alerta, o nosso pronunciamento, há cerca de um mês e pouco atrás também o foi, assim como pronunciamentos na legislatura anterior. Esperamos que o Paraná Novos Caminhos responda a essas exigências e necessidades. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos no Grande Expediente. No Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado Vanhoni, do PT.

O SR. ANGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Escutei atentamente o discurso proferido pelo Deputado Romanelli ontem e fiquei impressionado com a fala do Deputado Algaci Túlio, líder do Governo, em relação ao Banco do Estado do Paraná.

O Deputado Romanelli, acertadamente, trouxe a este Plenário, e contou com o voto dos Deputados da Assembléia na sua maioria, de aprovação de um Projeto de Lei que suscitou alguma polêmica principalmente pela liderança do Governo em relação ao disciplinamento da arrecadação das taxas, dos impostos por parte do Governo ao Banco público do Estado do Paraná, que é o BANESTADO.

O líder do Governo argumenta que de que possa trazer problemas em especial ao Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal do Paraná. Não consigo entender que tipo de problema que poderiam trazer ao Governo do Estado do Paraná, acho que poderia trazer um ou outro problema ao Banco do Brasil e a Caixa Econômica desde que esses impostos, desde que certas taxas não fossem arrecadadas nesses bancos. Isto é, o que eu posso entender é de que haveria uma certa perda do ponto de vista financeiro por parte do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, perda essa que eu não consigo mensurar se é que é suficiente para fazer com que o Governador do Estado do Paraná vete um Projeto, acho que um dos projetos mais importantes que esta Casa está discutindo.

Queria sugerir ao Deputado Algaci Túlio que entrasse em contato com o Governo do Estado de São Paulo e visse o que está acontecendo no BANESPA, exatamente está se fazendo uma tentativa para que o BANESPA em função da grave crise financeira que atravessa por causa dos desmandos desde do Governo Maluf, o Governo Quéricia e o Go-

verno Fleury levaram esse banco à bancarrota. O Estado deve mais de 10 (dez) bilhões de reais ao BANESPA. A cada dois meses, a cada quatro meses os juros desta dívida ultrapassa um bilhão de reais no BANESPA. E lá o Governo do Estado de São Paulo com a pujança que é o BANESPA no mercado financeiro e o seu trabalho, a sua atuação na economia do Estado de São Paulo. Lá o Governo e os funcionários do BANESPA numa atitude de preservar o Banco do Estado de São Paulo quanto uma instituição pública também propugnam pela mesma centralização da arrecadação das taxas e dos impostos dentro do BANESPA. Ora, no BANESTADO a situação é muito grave, é complicada no BANESTADO, e quero fazer um alerta aos Deputados da situação porque hoje passa o nosso Banco.

Estava vendo ontem na CBN um depoimento do Presidente do Banco do Brasil, Paulo Cesar Chimenis avisando o povo Brasileiro de que o Banco do Brasil apresentará no mês de abril mais uma dificuldade financeira, terá prejuízo no mês de abril. E o Paulo Cesar Chimenis disse o seguinte: "olha, eu acho importante que o Banco do Brasil apresente esses dados para o povo brasileiro de que vai estar com prejuízos, porque no sistema financeiro e na maneira como o Banco Central organiza a prestação de conta e a contabilidade dos bancos, o recurso mais fácil para as instituições financeiras é colocar os créditos em liquidação, é colocar os empréstimos de prejuízo do banco dentro de uma maquiagem que fazem com que o balanço do Banco do Brasil apresente saldo positivo, que o banco tenha que pagar dividendo para os acionistas, isto na realidade fraldando toda uma legislação e na realidade incorporando prejuízos do banco às receitas do Tesouro."

É essa prática, o Banco do Estado do Paraná faz isso, o Banco BANESPA fez isso, os bancos estaduais, a CEP, enfim todos os bancos públicos têm feito isso, e os bancos privados também. No Banco do Estado com o arrocho, com o aperto do Banco Central junto às instituições financeiras segurando os depósitos e com perspectiva do Persio Arida e dos setores dos bancos internacionais de avançar no processo de privatização do sistema financeiro público estadual do nosso País, eu não posso entender como que o Dep. Algaci Túlio tendo claro este horizonte negro para os bancos públicos no nosso País, em que pese as altas taxas de juros, mas as altas taxas de juros não estão neste momento favorecendo os bancos em especial, está favorecendo os grandes aplicadores, os bancos são um setor importante disso, mas estão favorecendo os grandes aplicadores porque não há liquidez para as operações financeiras,

para as operações de empréstimo, para as operações próprias do sistema bancário, quem vive, qualquer um de nós sabe dessa realidade e eu vejo, Deputado Algaci Túlio - como preocupante, a possibilidade do governo vetar este projeto, porque hoje, para o Banco do Estado do Paraná, que, diga-se de passagem, está sendo gerido, cada vez mais eu estou me preocupando mais, porque a gestão do Banco do Estado do Paraná está trazendo problemas para o Banco.

A administração do Dr. Fayet, o Deputado Belinati tem denunciado alguns procedimentos, mas eu queria relatar uma coisa importante que acontece no Banco do Estado. Deputado Algaci Túlio, de cada 150 funcionários de uma agência do Banco, dos 13.000 funcionários do Banco do Estado do Paraná, cerca de 83% deles estão utilizando o limite do seu cheque especial, isto é, aquele limite que o Banco dá para os usuários poderem sacar o dinheiro, pagando juros. 83% está nesta situação, limite este que é uma parcela do seu salário.

O salário médio dos funcionários do Banco do Estado hoje, é de R\$ 430,00. 83% dos 13.000 estão utilizando o cheque especial, em função de uma necessidade econômica e de um arrocho salarial brutal que existe na nossa categoria.

Concluindo. Pasmem Senhores, o Presidente do Banco, o Sr. Fayet, quebrou o sigilo bancário dos funcionários do Banco do Estado, chamando cada funcionário, querendo saber por que ele está devendo ao Banco e mais do que isso, está submetendo os funcionários do Banco do Estado do Paraná ao Comitê de disciplina, isto é, o gerente, o sub-gerente, o caixa, o chefe de seção, este que está com uma vida funcional, do ponto de vista financeiro em dificuldades, é chamado ao Comitê de disciplina do Banco para responder e saldar a sua dívida com o Banco, porque senão, vai ser demitido do Banco do Estado do Paraná.

Ora, esta situação está criando para o funcionalismo do Banco do Estado do Paraná uma situação insustentável. Já a situação econômica por si só já está trazendo graves problemas para os funcionários e essa atitude da Diretoria do Banco em fazer com que os funcionários comecem a trabalhar sob um clima de terror, de ameaça, um clima permanente de suspensão ou de perda do emprego, porque a maioria dos funcionários está numa situação financeira difícil, não é este ou aquele caso. Está criando situação insustentável no Banco do Estado do Paraná.

Mais do que isso, gostaria que o líder do governo atentasse para a situação grave do Banco do Estado no ponto de vista da sua capacitação dos seus recursos, da captação dos recursos perante a sociedade. Olha, Deputado Algaci Túlio converse com

os funcionários do Banco do Estado e aí o Sr. vai ver que a situação dos créditos em liquidação do Banco do Estado está numa situação periclitante. O banco não está conseguindo captar, o Banco não está conseguindo cobrar as suas dívidas. Pode terminar este semestre em situação complicada.

Por isso da importância da aprovação deste projeto de lei, que, neste momento da vida difícil do sistema financeiro e para nós que somos de um Banco público e que entendemos a importância de um Banco público como um agente de desenvolvimento econômico por parte do Estado do Paraná na nossa sociedade, a sua preservação é fundamental para a visão estratégica de desenvolvimento do nosso Estado, por isso a aprovação de um projeto tão importante. Não se trata de prevalecer este ou aquele banco, mas é o entendimento de que neste momento, a aprovação e a aceitação por parte do governo do Estado, do projeto aprovado por esta Assembléia, projeto do Deputado Romanelli, é uma legítima defesa do Banco público do Estado do Paraná. É alavancar este banco como um instrumento de política do Governo do Estado. Se o Governo do Estado não estiver suficientemente esclarecido sobre as vantagens para apostar a solução positiva a este Projeto.

Deputado Algaci Túlio convoco o Senhor pela responsabilidade que tem, pela liderança que tem nesta Assembléia de trazer a Direção do BANESTADO, nesta Casa, para prestar os esclarecimentos e para discutir com os Deputados, para auferir as informações necessárias e o próprio governo dizer se esse Projeto é bom para o Banco do Estado ou não. Será o momento importante para que possamos discutir as finalidades, as razões e as medidas e o alcance de determinado projeto. Então se o governo não está esclarecido, que abra o debate, antes de apostar o veto ao Projeto que abra o debate. Chamemos os funcionários do Banco do Estado, chamemos os funcionários e o Secretário das Finanças para discutir com os Deputados. Para, aqui nesta Casa, prestar os esclarecimentos do porquê que o Governo tem que vetar um Projeto tão importante para a vida do Banco do Estado e do povo do nosso Paraná. Um Projeto que reforça a sua capacidade do ponto de vista de instituição financeira pública do nosso Estado.

Com aparte do Deputado Nerone.

O Sr. Emerson Nerone - Só para complementar seu discurso. Com referência à atitude do Presidente do BANESTADO Luiz Antônio Fayet na cobrança dos cheques especiais. Chamando os funcionários para cobrar porquê das dívidas, desconhecendo completamente a situação financeira e os

péssimos salários pagos pelo BANESTADO para a maioria absoluta dos funcionários. E gostaria de lembrar que esta mesma atitude começou a ser tomada no Brasil quando o Presidente, o então Presidente da Caixa Econômica oriundo da Presidência do Banco Econômico, tomando posse na Caixa Econômica o Sr. Lafayette Coutinho, tomou exatamente essa atitude pela primeira vez num Banco Estatal brasileiro.

Em seguida o Sr. Lafayette foi alçado - pelo Governo Collorido - à Presidência do Banco do Brasil e subiu para a Presidência da Caixa Econômica o então vice-presidente do Banco Econômico e na Presidência da Caixa Econômica Sr. Álvaro Mendonça continuou esse tipo de atitude. E o Sr. Lafayette Coutinho levou esse tipo de atitude aos funcionários do Banco do Brasil então naquele período. A cópia fidedigna do Fayet com relação às dívidas dos funcionários: nos cheques especiais, nos empréstimos contraídos para pagar ou para manter-se vivo, e é isso que a maioria dos funcionários faz com o limite especial - mostra que a intenção do Fayet, neste caso, toma o mesmo rumo das intenções "colloridas" com relação às atitudes tomadas pelo Lafayette e pelo Álvaro Mendonça naquele período. Esse é o tipo de postura que tomam aqueles que querem ver um banco privatizado.

O SR. ANGELO VANHONI - Não queria lembrar, mas o Fayet foi Diretor do Banco do Brasil exatamente neste período.

O Sr. Emerson Nerone- Eu desconhecia, mesmo porque uma certa vez o próprio Lafayette Coutinho, então Presidente do Banco do Brasil, bateu na Mesa da Diretoria e disse que naquela diretoria havia poucos homens, com exceção do único Diretor eleito - na época não me recordo o nome - pelos funcionários do banco. Porque aquela diretoria era uma diretoria de cor-deirinhos para cumprir ordens.

Gostaria de parabenizar pelo discurso e deixar aqui esse alerta à atitude do Fayet: de cobrança, de terrorismo junto aos funcionários do Banco do Estado que se dá na mesma forma que se deu quando o Governo Collorido tomou posse. Através de Lafayette Coutinho através de Álvaro Mendonça na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. ANGELO VANHONI - Só antes de lhe fornecer o aparte, esta é uma orientação do Governo, de pegar o funcionário do Banco do Estado, que está numa situação difícil, e a grande parte do funcionalismo, e tentar outras maneiras de como resolver o problema financeiro do seu corpo

Curitiba, quinta, em 18.05.95

funcional, dos trabalhadores do Paraná, e chamar os funcionários com cartas, ameaça, e dizer o seguinte: "Escuta, se você não pagar em tal tempo você vai ser mandado embora do Banco, você vai ser demitido do Banco". Será que é esse o entendimento do Governo para tratar de problemas tão sérios da vida dos funcionários?

Deputado Nerone, só neste ano, e os Deputados precisam tomar conhecimento, o salário do Superintendente Paulo Cesar Ximenes no Banco do Brasil, na Superintendência, o salário líquido é de 3.500 reais, do Superintendente do Banco do Brasil. Só neste ano dez funcionários do Banco do Brasil se suicidaram. E quando as lideranças dos sindicatos, dos trabalhadores foram juntamente à Diretoria do Banco do Brasil tentar uma solução para os problemas graves que estão acontecendo junto ao funcionalismo do Banco do Brasil. Sabem qual foi a resposta dada pelo setor da Superintendência do Banco do Brasil: "Ora, mas dez suicídios, nós somos um universo de cento e vinte mil funcionários". Escuta, é este o tipo de procedimento.

Então, gostaria de alertar para as propriedades, a incompetência como está sendo gerido a política de recursos humanos do Banco do Estado do Paraná. Não sei se essa política de recursos humanos está atrelada a uma visão de enxugamento do Banco do Estado do Paraná. No começo do ano o Senhor Fayet anunciou a boca pequena, falou para alguns empresários, falou para lideranças sindicais, não oficialmente, mas falou que iria demitir perto de 3.000 funcionários do Banco do Estado. Nós tivemos a garantia do Governador Jaime Lerner de que não haveriam demissões no Banco do Estado do Paraná com o pretexto de salvação da empresa, que não era este o caminho, o governador está convicto de que não é este o caminho para solucionar os problemas financeiros das empresas públicas do Estado do Paraná, seja da COPEL, da SANEPAR, ou do Banco do Estado, e no entanto nós estamos assistindo uma prática da Diretoria do Banco do Estado que por um lado está levando o banco a uma situação, do ponto de vista financeiro, complicado, há informações nesse sentido.

Há muita preocupação dentro do funcionalismo, há preocupação no sentido até de liberação de determinados empréstimos para fora do Paraná, empréstimos vultosos. No final do Governo passado, do Mário Pereira, houve uma grande discussão nesta Assembleia e uma discussão também na sociedade sobre a liberação de empréstimos em dólar para o Banco Del Paraná, mais de cinco milhões de dólares naquela ocasião para alavancar o Banco Del Paraná. Quer dizer, dinheiro do Paraná, do povo trabalhador deste Estado para alavancar as ati-

vidades do Banco Del Paraná. Agora, há informações correndo de que volumes altos de recursos financeiros do Estado do Paraná estão sendo deslocados para empresas fora do Estado do Paraná, recursos não pequenos.

Então, gostaria que o Líder do Governo atentasse pela situação delicada que o Estado do Paraná, que o Banco do Estado do Paraná está passando, do ponto de vista funcional, do ponto de vista da sua gestão. Há problemas graves na carteira de crédito e liquidação e, principalmente a não possibilidade de que o Governo aprove este Projeto nesse momento delicado para a vida do Banco do Estado do Paraná.

O Sr. Valmor Trentini - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado Vanhoni, acompanhando com atenção o seu pronunciamento também me somo a Vossa Excelência e a todos aqueles que defendem o BANESTADO como uma instituição social; o Governador Jaime Lerner também defende o nosso BANESTADO. Mas não poderia deixar passar em branco porque tenho me dirigido ao BANESTADO em nome de uma classe produtora do Noroeste do Paraná, que são os mandiocultores, na sequência dos confeccionistas e também de pessoas físicas, como um todo, que hoje estão atravessando, fruto desta política econômica do Governo Federal, uma tensão bastante grande, porque não podemos nos iludir, estamos entrando numa quebradeira geral no nosso País.

Conversando com o Presidente do Banco este nos colocou as condições que o BANESTADO se encontra, o capital do Banco está comprometido, está todo ele investido e não há liquidez, não se recebe de ninguém, ninguém paga ao Banco! Nós estamos pretendendo renegociação de dívidas dos produtores e precisando de dinheiro novo, acredito que este Projeto até possa angariar mais recursos, junto ao BANESTADO. Mas a renegociação das dívidas hoje está sendo encaminhada pelo Governo Federal, inclusive, porque ninguém tem condições de pagar contas, e se o Banco não recebe não tem como emprestar, não emprestando não tem lucro e como não tem lucro não pode pagar funcionário.

Quero dizer a V.Exa. que tenho sentido, pelo menos, do Governo do Estado uma boa vontade e do Banco do Estado em buscar formas alternativas, primeiro em manter o Estado andando, do BANESTADO cumprir exatamente a sua função social que é o desenvolvimento do Estado, aplicar estes recursos na Agricultura, na geração de novos empregos. Mas, no momento, não podemos creditar ao BANESTADO ou ao Dr. Fayet, ou ao Governo do Estado do Paraná esses caos

que atravessamos. Ontem mesmo vimos vários Deputados questionarem e estando no BANESTADO sentimos que a questão é do Governo Federal, a questão do funcionalismo também é bastante preocupante, mas o Banco está com sua capacidade de endividamento totalmente comprometida.

O BANESTADO financiou a Agricultura mais do que o Banco do Brasil financiou no Estado do Paraná então o BANESTADO está sobrecarregado de todos os encargos. Veja bem, na questão dos mandiocultores o Banco do Brasil parou em setembro, agosto do ano passado e o BANESTADO sustentou os produtores rurais com papagaios, com créditos agrícolas. Hoje se vê na necessidade de fazer uma renegociação, deixar de cobrar o cheque especial, que tem juros de 15 a 18%, e criar uma fórmula nova, diferente, criar uma carteira diferente, porque é impossível aos produtores pagar estes juros.

Então, eu me somo a V.Exa., nesta preocupação, acho bom este debate, mas digo que há uma boa vontade do BANESTADO em equacionar esta questão, funcionalismo e também aplicação de recursos e a busca de novos recursos para desenvolver o Paraná.

O SR. ANGELO VANHONI - Acho importante o que V.Exa. coloca. Aliás o presidente do BANESTADO, quando veio aqui, ficou de mandar para os Deputados toda uma documentação a respeito dos contratos, estão lembrados Srs.? Havia suspeitas sobre o Panela Cheia, enfim suspeitas em relação aos programas que beneficiavam os pequenos agricultores, são mais de 30.000 contratos na área agrícola, feitos pelo Panela Cheia. No entanto o BANESTADO não enviou nada até agora aos Deputados, já se passaram mais de 3 meses. Não temos nenhum diagnóstico a respeito daquela linha de financiamento exercida pelo Banco do Estado no Governo Requião.

Mas o Sr. há de convir comigo, neste momento dramático para as atividades financeiras das instituições públicas, a competição muito grande na sociedade. Cada depósito, cada conta é disputada passo a passo pelo BAMERINDUS, pelo ITAÚ, pelo UNIBANCO, pelo BANESTADO. Os funcionários destes bancos estão na sociedade buscando os recursos, trazendo recursos para seus bancos para poder alavancar suas atividades. Vamos ser claros, o corpo funcional do Banco do Estado como é que ele vai à guerra, como ele vai à luta sendo ameaçado de demissão generalizada no seio do Banco do Estado, porque os seus funcionários estão com a situação financeira sob limite e ainda ameaçado de demissão. Cria um clima de desestímulo, um clima de terrorismo dentro do Banco que paralisa o próprio Banco. Na realidade a diretoria do Banco no lugar de estimular e de incentivar para

que os funcionários do BANESTADO tenham aquela agressividade para ir na sociedade buscar novas contas, buscar recursos para alavancar o Banco, eles estão vivendo numa insegurança dramática neste momento.

Quero lembrar de uma pequena fábula que é sempre bom a gente lembrar, essa fábula foi escrita há muitos anos atrás, a séculos atrás: "Havia um lobo faminto que anda pelas selvas faminto, o pelo já estava caindo, este lobo não tinha o que comer, já estava três, quatro meses passando fome, estava andando pela zona árida, não encontrava alimento, não encontrava um ratinho para comer, não encontrava uma lebre para comer, de repente este lobo ao subir uma colina ele vislumbrou logo no planalto abaixo da colina um bando de carneiros pastando, carneiros gordos, cheios de pelos, ~~mas~~ tinham cinco ou seis pastores com cães cuidando desse rebanho de ovelhas. Aí o que o lobo pensou, fraco faminto, poxa, se eu for atacar os cachorros que estão mais fortes, bem alimentados vão me matar, sabe o que o lobo fez, o lobo construiu uma roupinha parecida com uma ovelha, disfarçou-se como ovelha e entrou no meio do rebanho para como uma ovelha disfarçada tentar pegar as ovelhinhas".

Essa fábula todos nós conhecemos. Ainda prefiro acreditar nas boas intenções da diretoria do Banco do Estado; mas para a gente fazer aquilo que a gente não quer, a gente diz que vai fazer outra coisa ou para fazer exatamente aquilo que a gente queria a gente sempre diz isso.

Então temos que tomar cuidado com o que está acontecendo com o Banco do Estado do Paraná, acho que os Deputados devem se preocupar com a situação do nosso Banco, o Governador deve se preocupar com o nosso Banco porque pelo que tudo indica o Banco do Estado do Paraná não está sendo bem gerido do ponto de vista financeiro, econômico e muito mais ainda do ponto de vista da sua política e recursos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Liderança do Governo com a palavra.

O SR. ALGACI TULIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acompanhamos com muita atenção o pronunciamento do Deputado Angelo Vanhoni nos seus quase 30 minutos de duração, não sei se V.Exa. estava no horário do Grande Expediente ou acumulou todos os horários de Liderança, ou se a benevolência do Presidente da Casa que permitiu que isso acontecesse, eu espero que permita a mim neste momento um espaço que espero não ultrapassar o seu, também quero dar alguns esclarecimentos. Primeiro que a fábula do lobo não tem nada a ver com o Deputado Algaci Túlio que de lobo não tem nada, aliás, é

um lobo no campo de futebol quando defende as cores do time da Assembléia como ontem lá em praia de Leste quando lá estivemos, o Deputado Elio Rusch, o Deputado Nelson Tureck, o Deputado Sâmis Silva, Deputado Emerson Nerone, Deputado Eduardo Trevisan, lá estivemos numa festa muito bonita, e mais uma vez em menos de uma semana já trouxemos para esta Casa para a sua galeria de troféus como foi em Campo Mourão e esse de ontem lá de Praia de Leste.

É nesta roupagem de lobo que se veste o Deputado Algaci Túlio na defesa dos menos favorecidos, na defesa dos interesses do Estado do Paraná e na defesa de projetos que são de interesses para o Estado do Paraná, como até pode vir a ser este projeto do Deputado Romanelli e eu ainda tenho os meus questionamentos, já encaminhei a minha preocupação ao Governador do Estado e evidentemente caberá aos técnicos, à parte jurídica do governo do Estado analisar. Volto a repetir: não tiro nenhum mérito do projeto, o projeto tem o seu mérito, mas ao mesmo tempo, somam-se a ele, várias preocupações que eu tenho, de ordem legal.

É esta a minha preocupação e eu gostaria de dizer que tenho o maior interesse, como líder do governo, como quem aqui, durante 12 anos combateu a política errada adotada no Banco do Estado do Paraná, a politicagem feita em cima desta instituição, a exemplo da SANEPAR, a exemplo da COPEL. Três órgãos que eu sempre reputei e quero, a partir de alguns meses, voltar a reputar como órgãos importantes de exemplo para o Brasil. A COPEL com seus técnicos, a SANEPAR com os seus técnicos e o Banco do Estado do Paraná, com os bancários verdadeiramente bancários, não com politicagem, usando uma instituição tão importante, como é o Banco do Estado do Paraná.

Sabe, Deputado Vanhoni que é bancário, que eu também fui bancário e nós temos experiência de banco. Aliás a minha família quase toda é constituída por pessoas que são da carreira bancária, do próprio Banco do Estado do Paraná e do irmão que foi gerente por vários anos, tenho um sobrinho que é diretor da Carteira de Leasing do Banco do Estado, foi da Carteira do Fomento, de uma capacidade extraordinária e outros. Todos, graças a Deus, lá chegaram por méritos, por conhecimento e não por apadrinhamento, mesmo porque até quem está na Oposição, dificilmente pode apadrinhar alguém e mesmo agora, na Situação, não apadrinhei também ninguém, mas sou padrinho sim, dos funcionários todos os Bancos do Estado a quem constantemente defendi nesta Casa e continuarei defendendo. Agora, o que eu posso admitir e continuarei defendendo.

Agora, o que posso admitir e espero

que não tenha partido de V.Exa. e de nenhum outro companheiro desta Casa, porque seria uma falta de ética, de repente, começamos a atacar o Deputado Algaci Túlio contra os funcionários do Banco do Estado do Paraná. Isso é lamentável.

A minha posição aqui nesta Casa é uma posição de defesa do Banco do Estado do Paraná e é essa defesa que eu estou fazendo. Ninguém aqui deseja trabalhar contra o Banco do Estado, muito menos o líder do governo. Seria um papel idiota que faria eu nesta Casa e o governador já teria me demitido, tirado este cargo de confiança de seu líder.

O que eu estou fazendo, na verdade, é alertar o governador para possíveis programas judiciais na frente. Esta é a minha preocupação.

Ninguém está garantindo que o governador vai vetar o projeto. Eu estou alertando o governador. Caberá aos seus técnicos, numa análise profunda, entender pelo veto ou não... Se o governo entender que o projeto é importante, é bom, é, meritório, é extraordinário, esta Casa vai, certamente, votar pela manutenção, pela aprovação e para que o governo sancione esta lei. Agora, se ele vier para cá com o veto do governador, esta Casa terá a responsabilidade de acompanhar o pensamento do governador, porque não quer criar problema para frente para o Banco do Estado do Paraná.

Agora, a crise do Banco do Estado, é bom que se diga, não é desse governo, não. O governo tem 5 meses não pode ser acusado de crise no Banco do Estado do Paraná. A crise foi de forma como trabalharam com o Banco do Estado e essa Casa tem testemunhos extraordinários, nos seus Anais, de quanto a gente aqui brigou pela potência que é o Banco do Estado do Paraná.

Quantas críticas este parlamentar fez aqui a respeito da situação do Banco Del Paraná? Quantos enriqueceram às custas dos desmandos do Banco Del Paraná? Quantos escândalos aconteceram? Recentes, até no período eleitoral, que deixaram de atender pedidos de agricultores do Banco do Estado do Paraná, para atender hoje políticos eleitos com o dinheiro do Banco do Estado do Paraná. É necessário que se diga isso, é necessário que se rememore esta história do Banco do Estado do Paraná. Quanto favorecimento se fez a grandes empresários que até provocou a polêmica do ex-Governador com o vice-governador e que encerrou o mandato de Governador. Onde é que parou isso? Ninguém mais questiona isso. Ninguém mais fala nisso.

Essa é a grande indagação que se faz, esses são os responsáveis pela situação do Banco do Estado do Paraná. Não o Governador Jaime Lerner, não o Presidente do BANESTADO Luiz Antônio Fayet que é um ban-

cário de carreira, que conhece, que tem conhecimento e sabe que precisa sanar as dificuldades que tem o BANESEADO. E que talvez até tenha que causar prejuízos para alguns, tenha que causar alguns problemas até para alguns funcionários. Que espero que não cause, espero que isso se resolva da melhor maneira possível. Ou então vamos dar o Banco do Estado para a privatização então! Ninguém quer isso. Não quero e tenho certeza que esta Casa não quer.

Agora, alguma medida tem que ser tomada. Do jeito que estava o Banco do Estado funcionando não era possível que continuasse assim. Ele teria o mesmo caminho que teve o BANESPA e tantos outros bancos. O que queremos, na verdade, é um Banco com saúde financeira para atender os agricultores do Paraná, para atender as pequenas e médias empresas, não grandes empresários que utilizaram o dinheiro do banco, que até, de repente, não utilizados na Panela Cheia para se fazer campanha política e se eleger Deputado Federal.

Isso o povo do Paraná tem que saber. E nós aqui temos a obrigação de cobrar isso.

O Sr. Angelo Vanhoni - Gostaria de um aparte.

(Assentimento).

Em primeiro lugar, Deputado Algaci Túlio, não receba a fábula em relação à sua prática política e nem à sua pessoa. Não foi com esse intuito que relatei a pequena fábula do Lobo e do Cordeiro. Mas fiz referência ao que se tem dito por parte da Diretoria do Banco do Estado do Paraná através da sua diretoria. Estou começando a ficar preocupado, porque reputo o Sr. Fayet como homem técnico, experiente não sei o que... mas estou começando a descreditar daquilo que se diz. Isso que estou querendo dizer.

A minha margem de confiança na palavra do Presidente do Banco, na sua intenção, na sua credibilidade está começando a ser demovida, está começando a entrar numa margem de insegurança. Foi nesse sentido os alertas.

Vossa Excelência num ponto crucial. É verdade que o Banestado fez empréstimos, deixando de atender os agricultores para fazer empréstimos sacanas lá para beneficiar alguns grupos econômicos e a gente sabe quais grupos, como foi feita essa operação lá do Banco Del Paraná. É verdade que o Banco do Estado do Paraná fez empréstimos indevidos sem o lastro para poder cumprir esses empréstimos para vários empresários do Estado do Paraná. É verdade que o Banco do Estado está numa situação financeira delicada e complicada. Mas, por outro lado, Vossa Excelência cobra aonde está tudo isso e eu também cobro? Mas será que a gente cobra na palavra e permite que

caia nos ombros do pequeno funcionário do Banco do Estado: que trabalha, que sustenta sua família com salário de 300, 400, 500 reais por mês! Que paga sua creche, a escola de seus filhos. Será que nós vamos permitir que esse ônus da gestão política passada ou da gestão política atual, do Banco do Estado, caia sobre os ombros dos funcionários?

O SR. ALGACI TULIO - Vossa Excelência como bancário que é sabe que um banco é gerido por leis. Por normas do Banco Central. Nenhum devedor ao banco pode ficar devedor eternamente no banco e um dia tem que pagar. Nós Deputados, a maioria aqui, tenho certeza, todos estão até, de repente, com o limite ultrapassado e nós temos de cobrir. É uma diretriz, não é vontade do Diretor, do Presidente do Banco, é o que diz a Lei! Ou eles põem a Lei em funcionamento ou deixam a coisa correr à seu bel prazer e a coisa vai dar na quebradeira do Banespa.

O SR. ANGELO VANHONI - A Lei para os mais fracos cumpre-se, a Lei para os mais fortes...

O SR. ALGACI TULIO - Concordo e é esse o desejo desse parlamentar.

Sr. Presidente, gostaria da sua compreensão porque eu acompanhei o pronunciamento do Deputado Vanhoni, usou a liderança do PMDB, e ultrapassou até, foi quase no horário do Grande Expediente.

Gostaria de poder agora concluir algumas posições que eu devo fazer o esclarecimento.

Então, eu estava dizendo que entre o Lobo Mau e o Chapeuzinho Vermelho eu sou mais o Chapeuzinho Vermelho nessa questão toda aí do Deputado Vanhoni.

Mas eu queria dizer então que a preocupação eu tenho, a preocupação é de todos nós. Então, deixar bem claro mais uma vez a preocupação dessa Liderança é lá na frente no que pode resultar essa lei aprovada pela Assembléia, e que os técnicos do Governo terão a responsabilidade de analisar. Me convencerei se me disserem que está tudo legal, que não tem problema. Eu não estou colocando aqui nenhuma objeção ao Projeto de Lei que pode ajudar a saúde financeira do Banco do Estado. A minha preocupação, eu volto a dizer na questão da legalidade, na questão jurídica, no que pode provocar na frente.

Mas eu queria ainda Sr. Presidente dizer de que o Governo Jaime Lerner lançou na última terça-feira em Curitiba o Projeto Estradas Rurais. Oferecer maior qualidade de vida ao homem do campo é fundamental para o desenvolvimento que estamos trazendo ao nosso Estado. As estradas ru-

rais que surgem da nossa vontade de buscar soluções simples, eficazes, para antigos problemas que afetam o dia-a-dia dos produtores rurais e de suas famílias. As estradas rurais terão características técnicas a exemplo de outros Países como a França, Bélgica, Japão e a Inglaterra. Quer construir esse tipo de estrada no meio rural, oferecer melhores condições de vida e produção aos seus trabalhadores do campo. Neste material evidentemente nós estamos entregando aos Parlamentares, cada um vai encontrar toda a orientação para uso e manutenção da sua estrada. Lembrando que é um Projeto importante que vai ligar a área da educação, a área rural com o seu distrito. E o Governador anuncia que até o final do ano, Projeto que foi lançado em parceria com as Prefeituras de Londrina, Guarapuava, Colorado, Pérola do Oeste e Campina Grande do Sul, o Governo anuncia que até o final do ano poderá ter 1000 quilômetros de estradas rurais. É mais um projeto de avanço na área de educação, na área social que o Governador Jaime Lerner lança no Estado do Paraná. Concedo um aparte ao Deputado Colombo.

O Sr. Irineu Colombo - Na sua citação o Senhor falou do Banco Del Paraná, convém lembrar, por uma questão de justiça, que eu fiz um Requerimento na Casa, faço até um apelo à Mesa e por Vossa Excelência, pedindo a auditoria realizada no Banco Del Paraná e aqui no Banco do Estado também, para a gente ter base para uma pesquisa que eu estou fazendo. Existe um apelo na região Oeste, da imprensa da região oeste, alguns órgãos sérios, com tradição, querendo maiores informações. E eu sou um dos Deputados altamente interessados na questão do Banco Del Paraná, porque eu tenho acompanhado na fronteira as histórias do Banco e são histórias muito tristes, de desvio de dinheiro, fatos não esclarecidos. E há muitas histórias que nós queremos esclarecer. Então, eu faço um apelo a Vossa Excelência que pressione, ou com a sua habilidade política consiga para mim essas informações, primeiro da auditoria do banco para fazermos uma checagem dos dados que eu tenho com os dados da auditoria, para quem sabe futuramente montar uma comissão para essa investigação.

O SR. ALGACI TULIO - Muito obrigado Deputado, pode ter certeza que essa liderança vai procurar junto a direção do BANESTADO todas as informações levantadas aqui inclusive pelo Deputado Angelo Vanhoni, por Vossa Excelência; porque eu tenho certeza, todos nós aqui queremos banco forte, um banco com saúde financeira, não só para poder melhor pagar os funcionários e para poder permitir ao Governador inves-

timento sério para o pequeno, médio agricultor, para as empresas que precisam gerar empregos e impostos no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Augustinho Zucchi, em explicações pessoais.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Nobres companheiros Deputados, ontem tivemos a presença, nesta Casa, dos funcionários da Agricultura, meus companheiros de trabalho, porque funcionário também sou, desta instituição, e como não há a possibilidade de uma discussão mais aprofundada com relação a essa questão, mas ontem os nossos companheiros da SEAB solicitavam aos Senhores Deputados, que interferissem junto ao Governador para que haja possibilidade de negociação da situação salarial em que se encontram nossos funcionários.

Aqui estão pessoas que foram meus chefes, quando estudante na Secretaria da Agricultura, vejo aqui pessoas que ajudaram a desenvolver estes programas implantados nos quatro quadrantes do nosso Estado, e sei, de cadeira da situação salarial da Secretaria da Agricultura, como sei também da competência e do trabalho que tiveram estes técnicos, não só com relação ao programa, mas também, na vanguarda da Secretaria em relação a programas de defesa sanitária vegetal e animal.

Conversei agora com o Secretário Hermas Brandão que está recebendo uma comissão do movimento que já parou e que vai durar três dias. E me disse o Secretário que está extremamente sensível porque está percebendo que há uma questão difícil na situação salarial dos funcionários da Secretaria. Então gostaria de pedir, além desta sensibilidade do Secretário, que haverá de intermediar esta reivindicação dos companheiros da Secretaria da Agricultura, os demais companheiros da Casa, o líder do Governo, como já se pronunciou ontem, pudessem interferir para que nós pudéssemos ter, cada vez mais, este profissionalismo a serviço do Paraná. Conforme relato dos próprios funcionários mais de 400.000 produtores são atendidos por este trabalho magnífico executado pela Secretaria da Agricultura.

A nossa solidariedade aos nossos companheiros de trabalho.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem) - Quero comunicar que ontem, Deputado Zucchi, toda a bancada governista, nesta Casa assinou uma manifestação de apoio aos servidores da Secretaria da Agricultura e Abastecimento também pedindo a sensibilidade,

nós entendemos isso, do Governador. O Governador tem esta sensibilidade, o que ocorre é que se o Governador pudesse daria 500% de aumento para todo mundo, mas não tem caixa, está difícil, agora se estuda, se analisa uma possibilidade. Todos aqui reconhecemos entendemos a situação difícil pela qual passa o servidor público, de modo geral, que há 8 anos têm uma defasagem de 400%, não sou eu que estou dizendo, são os funcionários que dizem, então 400% em 8 anos não pode ser solucionado em 5 meses.

Agora, o Governador vai, tenho absoluta certeza, tenho participado de reuniões com os Secretários, vai tentar encontrar uma saída para, o mais depressa possível, rever esta situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa Proposta de Emenda Constitucional, de autoria dos Srs. Deputados Nelson Justus, Eduardo Trevisan, Reny Borsatto, Luiz Carlos Zuck, Joel Coimbra, Ricardo Chab e demais Srs. Deputados, constantes do expediente, devidamente apoiada. Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em avulsos, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 029/95, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre o acesso gratuito em todos os locais de exibição de programação cultural promovida ou co-patrocinada pelo Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVELS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E.. Aprovado. (Publ.no D.A. nº 10 de 07.03.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 029/95

P A R E C E R:

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei da autoria do ilustre Deputado Jocelito Canto que estabelece a gratuidade do acesso, em todo o território do Estado do Paraná, dos maiores de 65 anos, aos locais de exibição cultural ou esportiva, quando o promotor ou co-promotor, o patrocinador, ou co-patrocinador for o Governo Estadual.

Determina o projeto que os responsáveis pelos locais onde ocorram as exposições deverão garantir a boa acomodação dos

beneficiados.

Estabelece mais que as administrações ou gerências dos locais exibidores farão afixar, em lugares visíveis, amplos cartazes e adesivos, informando o benefício legal.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto é formal e materialmente constitucional.

Ainda que não prevista na Carta Magna, entre os direitos dos idosos, como aconteceu com o transporte, a gratuidade do acesso dos maiores de 65 anos aos espetáculos patrocinados ou promovidos pelo Poder Público, isolada ou em conjunto com outros, enquadra-se perfeitamente entre os deveres do Estado, a julgar pelo que estabelece o artigo 230 de nosso Diploma Legal Maior.

Quanto ao mérito, o projeto é digno de aplausos, na medida em que beneficia ponderável parcela da sociedade brasileira tão carente de apoio e de carinho, por isso o nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 25.04.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BETO RICHÁ - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 029/95

P A R E C E R:

O projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Jocelito Canto, tem por objetivo dispor sobre o acesso gratuito em todos os locais de exibição de programação cultural promovida ou co-patrocinada pelo Estado do Paraná.

Ao ser chamada a opinar sobre o aspecto legal, constitucional e regimental, a Comissão de Constituição e Justiça deu o seu parecer favorável à presente proposição.

A Comissão de Finanças acompanha a douta Comissão de Constituição e Justiça ao votar favoravelmente com o projeto de lei que, além de não trazer despesas ao erário público, irá favorecer parcela da população que muito contribuiu para o progresso da nossa terra.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.05.95

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 029/95

P A R E C E R:

O projeto de lei, cuja autoria é do nobre Deputado Jocelito Canto, favorece grande parcela da população estabelecendo gratuidade no acesso a exibição cultural ou esportiva de todo o território do Estado do Paraná aos maiores de 65 anos que muito contribuíram para o progresso da nossa terra.

Curitiba, quinta, em 18.05.95

A Comissão de Educação acompanha as duntas Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça ao votar favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.05.95

(aa) PÉRICLES MELLO - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 02

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 110/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Poder Executivo instalar unidades de Delegacia de Proteção ao Idoso, em todas as cidades de Microrregião do Estado. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 34, de 17.04.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 110/95

PARECER:

O presente projeto de lei do Deputado Luiz Carlos Alborghetti tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instalar unidades de Delegacia de Proteção ao Idoso, em todas as cidades Pólos de Microrregiões do Estado.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade do mesmo, somos pela sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.05.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI N° 110/95

PARECER:

O projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instalar unidades de Delegacias de Proteção ao Idoso, em todas as Cidades Pólos de Microrregião do Estado.

Já tendo recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública acompanha o parecer daquela Comissão, por entender que a instalação de Delegacia de Proteção ao Idoso em todas as Cidades Pólos de Microrregião do Estado do Paraná irá, sem sombra de dúvidas, colaborar com parte da comunidade paranaense, que muito contribuiu para o progresso do nosso Estado.

Sendo assim nosso parecer é favorável, pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.05.95

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
JOSE TAVARES - Relator

ITEM 03

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

114/95, de autoria do Deputado Cesar Selme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itapejara D'Oeste, com sede e foro neste município do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 35, de 18.04.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 114/95

PARECER:

O presente Projeto de Lei n° 114/95, de autoria do Sr. Deputado Cesar Selme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itapejara D'Oeste, com sede e foro naquele município.

Chamada esta Comissão a se manifestar, opinamos que no tocante à constitucionalidade e legalidade da proposição, não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.03.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ANTONIO ANNIBELLI - Relator

ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 115/95, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que declara de Utilidade Pública a "União Sarandiense das Associações de Moradores - UNISAN", com sede e foro em Sarandi e foro na comarca de Marialva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 36, de 19.04.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 115/95

PARECER:

O plano de lei em exame, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a União Sarandiense das Associações de Moradores - UNISAN, com sede em Sarandi e foro na Comarca de Marialva.

Analisando a matéria sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, não encontramos nada que obste a tramitação da mesma, pelo que emitimos parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.05.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EMERSON NERONE - Relator

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 135/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que autoriza o Poder Executivo a Instalar uma Unidade de Delegacia Anti-Tóxico na Cidade de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. C.F. e C.S.P.. **Aprova-**

do. (Publ. no D.A. n° 40, de 26.04.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 135/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n° 135/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade de Delegacia Anti-Tóxico na Cidade de Maringá - PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e juridicidade do mesmo, apresentamos nosso parecer favorável para sua tramitação por esta Casa de Leis.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 02.05.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 135/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Joel Coimbra tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instalar uma delegacia em Maringá.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.05.95.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 135/95

P A R E C E R:

O projeto de lei de autoria do Deputado Joel Coimbra tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instalar uma Delegacia Anti-Tóxico na Cidade de Maringá.

Chamada a se manifestar esta Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto de lei em questão, porque compreende que a instalação da Delegacia Anti-Tóxico na Cidade de Maringá irá trazer benefícios a comunidade da região e prevenir de um mal que assola o mundo inteiro.

Sendo assim nosso parecer é favorável, pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 16.05.95.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

DUILIO GENARI - Relator

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 136/95 de autoria do Deputado Joel Coimbra que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Unidade de Delegacia de Acidentes de Trânsito em Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., C.F. e C.S.P.. **Aprovado.** (Public. no D.A. n° 40, de 26.04.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 136/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Joel Coimbra, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instalar uma unidade de Delegacia de Acidentes de Trânsito em Maringá.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável a sua normal tramitação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 02.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 136/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei do Deputado Joel Coimbra autoriza o Poder Executivo a instalar uma Unidade de Delegacia de Acidentes de Trânsito em Maringá.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.05.95.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 136/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Joel Coimbra, tem como objetivo autorizar o Poder Executivo Estadual a instalar uma unidade de Delegacia de Acidentes de Trânsito no Município de Maringá.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável, eis que comprovada, pelos documentos que acompanham o presente, a necessidade inadiável da instalação da unidade pleiteada naquele importante município do Paraná. A agilização dos processos e a diminuição dos acidentes serão prováveis consequências da instalação desta delegacia, o que só favorece a aprovação do presente projeto.

E o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 16.05.95.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

ANGELO VANHONI - Relator

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 139/95 de autoria do Deputado Joel Coimbra que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Unidade de Delegacia de Crimes Contra a Economia e Defesa do Consumidor, na Cidade de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., C.F. e C.S.P.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 40, de 26.04.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 139/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n° 139/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade de Delegacia de Crimes Contra a Economia e Defesa do Consumidor, na Cidade de Maringá/Pr.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 139/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Joel Coimbra autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia de Crimes Contra a Economia e Defesa do Consumidor.

Esta Comissão nada encontrou que impeça a normal tramitação do referido projeto nesta Casa de Leis.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.05.95.

(aa) Élio Rusch - Presidente

ALBANOR GOMES - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 139/95

P A R E C E R:

O projeto de lei de autoria do Deputado Joel Coimbra tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instalar uma Delegacia de Crimes Contra a Economia e Defesa do Consumidor.

Esta Comissão de Segurança Pública ao analisar quanto ao mérito opina favoravelmente à aprovação da proposição em tela.

Sala das Comissões, em 16.05.95.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

EDNO GUIMARAES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimentos n°s. 1308 e 1309, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1310 a 1315, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1316, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1316, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 1317, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos n°s. 1319 e 1320, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1307 e 1318, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1322, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 1323, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22 de maio, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s. 029, 110, 114, 115, 135, 136 e 139/95.
- 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 130/95.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

R E S O L V E:

PORTARIA N° 082/95

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARIA ODILIA RIBEIRO DOS SANTOS, matrícula n° 40.328, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo "61", o tempo de 01 (um) ano, nos termos do art. 248, da Lei n° 6.174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 1° quinquênio compreendido entre 01.03.84 e 01.03.89; e o 2° quinquênio compreendido entre 01.03.89 e 01.03.93, antecipado em razão da incorporação do 1° quinquênio.

(Prot. n° 2.815/95)

PORTARIA N° 083/95

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de THEMIS PETTERLE, matrícula n° 40.414, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Advogada E-7, admitida em 09 de abril de 1984, o tempo de 01 (um) ano, nos termos do art. 248, da Lei n° 6.174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 1° quinquênio compreendido entre 09.04.84 e 09.04.89; e durante o 2° quinquênio compreendido entre 09.04.89 e 09.10.93, antecipado em razão da incorporação do 1° quinquênio.

(Prot. n° 2.812/95)

PORTARIA N° 084/95

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de JOSE ALMIR DA LUZ, matrícula n° 40.142, funcionário deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo "A", o tempo de 01 (um) ano, nos termos do art. 248, da Lei n° 6.174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 1° quinquênio compreendido entre 23.06.82 e 23.06.87; e o 2° quinquênio compreendido entre 23.06.87 e 23.12.91, antecipado em razão da incorporação do 1° quinquênio.

(Prot. n° 4.192/95)

PORTARIA N° 085/95

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de CARLOS ALBERTO DOMBECK, matrícula n° 40.958, funcionário deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo "A", o tempo de 01 (um) ano, nos termos do art. 248, da Lei n° 6.174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 1° quinquênio compreendido entre 15.01.85 e 15.01.90; e o 2° quinquênio compreendido entre 15.01.90 e 15.07.94, antecipado em razão da incorporação do 1° quinquênio.

(Prot. n° 460/95)

Gabinete da Diretoria Geral, em 15.05.95

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

- 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13.ª LEGISLATURA
ATA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e noventa e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a Presidência do Senhor Deputado Ricardo Chab. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e, como nada constasse na Hora do Expediente passou-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 110/95, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Relator: Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 118/95, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de lei n° 135/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra. Relator: Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 136/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra. Relator: Deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 139/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra. Relator: Deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Miriam Ribeiro Percinoto, Secretária da Comissão.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

Miriam Ribeiro Percinoto - Secretária